



**Bloco de Esquerda**  
Grupo Parlamentar

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE

12/06/2003

*Joana Amaral Dias*

Requerimento Nº 2402/IX (1ª) - AC

**ASSUNTO:** Resíduos Industriais Perigosos (RIP) na Freguesia de Canas de Senhorim,  
e aplicação do Programa de Reabilitação Ambiental de Áreas Mineiras  
Abandonadas

**Apresentado por:** Joana Amaral Dias

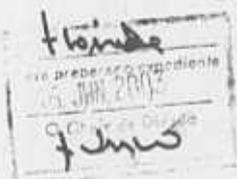
**Dirigido a:** Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente

**Data:** 06-06-03

Em resultado da audição de representantes da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim pela Comissão de Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente (CPLOTA) da Assembleia da República, fomos alertados para um grave problema ambiental que se pode transformar num grave problema de saúde pública se, porventura, não forem adoptadas as medidas que permitam a eliminação das milhares de toneladas de resíduos, que se acumulam, há anos, nas antigas instalações fabris da CPFE, em Canas de Senhorim.

Acresce que, na sequência de estudos realizados pelo IGM e o ITN, foram consideradas prioritárias as acções a realizar na Urgeiriça, no âmbito do Programa de Reabilitação Ambiental de Áreas Mineiras Abandonadas, aprovado em 2001. Entretanto o que se verifica é que, apesar da aprovação desse programa, a verdade é que por total insuficiência de recursos e meios empregues, permanece praticamente sem alterações significativas a requalificação ambiental efectiva de todo o coberto mineiro das áreas mineiras e envolventes, continuando sem aplicação algumas disposições legais, tais como as que resultam da Directiva 96/29/EURATOM do Conselho de 13/5 ou dos Decretos-Lei nº 544/99 ou nº 9/90.

Estas situações constituem grave risco para a saúde pública, pois a população continua exposta a radiações cancerígenas, para além dos diversos riscos de contaminação do

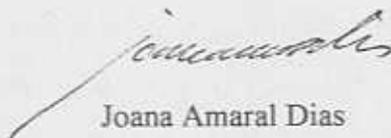


meio natural que a manutenção de escombrelras de deposição de resíduos, não tratados, implica. A lentidão de processos e da implementação de projectos por parte do actual Ministério constitui por sua vez uma razão bastante para justificar a participação de associações ambientalistas interessadas no próprio processo de acompanhamento das medidas de requalificação ambiental, o que, até agora, não tem sido possível por ausência de constituição duma Comissão de Acompanhamento Local da Concessão, como foi, aliás, já sugerido.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, solicito ao Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, com a urgência que a situação da população da Freguesia o exige, a resposta às seguintes questões:

- para quando a completa eliminação dos resíduos industriais perigosos que se acumulam nas antigas instalações da fábrica da CPFE, em Canas de Senhorim?
- para quando o reforço das verbas de requalificação ambiental, a ser decidido pelo Governo, que vá de encontro à concretização das prioridades de recuperação ambiental que o próprio Programa de Recuperação Ambiental já definiu, e a sua monitorização no terreno, com base na constituição duma Comissão Local de Acompanhamento, a formar em conjunto com a autarquia local e demais associações locais de cidadãos, interessadas na resolução deste problema, como seja a Associação de Zonas Uraníferas (AZU)?

A Deputada do Bloco de Esquerda



Joana Amaral Dias